

Barreto, assessora do Deputado Marcelo Cabeleireiro; Charles de Souza da Comissão da Pessoa com Deficiência e Cristiane Toledo, assessora do Deputado Marcelo Cabeleireiro. Após longa discussão, a Senhora Presidente parabenizou o Senhor Deputado André Ceciliano pela iniciativa do projeto de lei, que busca facilitar a obtenção do laudo pericial para pessoas com deficiência física irreversível. A Senhora Deputada Rosane Felix destacou o longo processo para a renovação do laudo pericial que prejudica as famílias de baixa renda, e as pessoas com dificuldade de locomoção. O Senhor Deputado Marcelo Cabeleireiro se prontificou a fazer a adequação das emendas em seu parecer, na tramitação do Projeto de Lei quando este der entrada na Comissão da Pessoa com Deficiência. Informou, ainda, que as notas taquigráficas contendo o inteiro teor do ocorrido na audiência pública conjunta ficarão arquivadas na Secretaria desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente audiência pública, da qual, para constar, eu, Carla Aguiar Falcão, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada por mim e pela Senhora Presidente. Sala das Comissões, trinta de agosto de dois mil e vinte um. (a) Carla Aguiar Falcão, Secretária, mat. 201770-5; (a) Deputada Martha Rocha - Presidente, (a) Deputada Rosane Félix - Presidente, (a) Deputado Marcelo Cabeleireiro - Presidente.

TEMPORÁRIAS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A OCORRÊNCIA DE DANOS AMBIENTAIS E DESPEJO IRRREGULAR DE RESÍDUOS QUÍMICOS NA LAGOA, EFETUADOS PELA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO - PROLAGOS S/A.

(RESOLUÇÃO Nº 207/2019)

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de março do ano dois mil e vinte, às onze horas e trinta minutos, na sala nº 311, do Palácio Tiradentes, sede do Poder Legislativo do Estado do Rio de Janeiro, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito em epígrafe, instituída pelo Resolução nº 207/2019, para a investigação de danos ambientais e despejos irregulares de resíduos químicos na lagoa de Araruama efetuados pela concessionária de serviços Públicos de Água e Esgoto PROLAGOS S.A, sob a Presidência do Senhor Deputado Dr. Serginho, que deu por aberto a Segunda Reunião Ordinária com a presença dos Senhores Deputados: Deputada ZEIDAN - Vice-Presidente, Gustavo Schimdt- Relator e Jorge Felipe Neto. Dos Senhores convocados: Luigi Eduardo Troisi Presidente da AGENERSA e Sergio Braga Presidente da PROLAGOS S.A. Também os Senhores Convidados: Deputado Subtenente Bernardo, Peter Charles Samerson - Procurador Geral do Município de Iguaba Grande que se encontra na condição de representante do Prefeito VANTOIL MEDEIROS MARTINS de Iguaba Grande, Vagner Azevedo Simão - Vereador de Cabo Frio " Vaguinho" e Josué Pereira - Vereador de Búzios. O Senhor Presidente Deputado Dr. Serginho antes de dar início aos trabalhos, informou que recebeu nessa data uma petição técnica do Senhor Presidente da PROLAGOS S.A, informando perante seus advogados à requisição de forma expressa que seja lhe garantido seu exercício Constitucional à Ampla Defesa, o Direito ao Silêncio a fatos indiciários de crimes ambientais, o Direito de não prestar compromisso, o Direito de estar acompanhado de advogados durante o depoimento e para finalizar à requalificação de testemunha para investigado, foi acolhida a petição pelo Senhor Presidente Deputado Serginho, logo após, o Senhor Presidente informou ao Presidente da PROLAGOS S.A e ao Presidente da AGENERSA, que na medida do possível fosse respondida as perguntas referente a dois pontos, deixando claro que ambos poderiam usar o seu Direito de ficar calado. A primeira pergunta: Referente ao despejo de esgoto na lagoa de Araruama, a segunda pergunta: Como minimizar o sofrimento da população consumidora referente a cobrança da taxa mínima de água. Em seguida, o Senhor Deputado Dr. SERGINHO realizou perguntas referentes a região dos lagos e a poluição da lagoa de Araruama para o Senhor Sérgio Braga Presidente da PROLAGOS S.A, em seu depoimento afirmou que a PROLAGOS S.A possui metas contratuais para que em 2023 o tratamento do esgoto chegue em 80%, no entanto, afirmou que a situação que se encontra a lagoa é proveniente de esgoto e fatores naturais como assoreamento, em seguida, o Presidente Dr. Serginho solicitou ao Presidente da PROLAGOS S.A uma proposta de solução imediata sobre o problema de esgoto clandestino bem como, reanálise da taxa mínima, passando a palavra a Senhora Deputada Zeidan que solicitou a explicação do cronograma de obras da PROLAGOS S.A, logo após, a análise do impacto das chuvas em relação a água da lagoa e por fim qual é a participação do INEA na aferição da qualidade da água. O Senhor Presidente da PROLAGOS informou a respeito de todo o procedimento técnico, os cronogramas de obras, limpezas, drenagens e informou que grande responsabilidade de determinados problemas são de competência da Prefeitura de Iguaba Grande. A palavra foi passada pelo presidente da Comissão para o Senhor Deputado Jorge Luiz Felipe Neto, agradeceu a todos os presentes na Comissão, ato contínuo perguntou sobre como poderia melhorar o diálogo entre a comunidade local juntamente com a AGENERSA, Senhor Presidente da PROLAGOS S.A anunciou que fechou um convênio no período de 2019 com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, juntamente com a Universidade Federal Fluminense, que realizou diversos tipos de testes no corrido ano. Será agendado provavelmente no dia sete de abril de 2020, um grande seminário que a Universidade Federal Fluminense apresentará resultados sobre os estudos e que os entes envolvidos estarão no local como a PROLAGOS S.A, por fim o Senhor Deputado Jorge Luiz Felipe Neto fez um proposta para que caso AGENERSA autorize diversas obras, se a PROLAGOS S.A faria de imediato as obras para o bem da lagoa e da População da região dos lagos, em resposta, o Senhor Presidente da PROLAGOS afirmou de forma clara que sim. A palavra foi passada para o Senhor Deputado Subtenente Bernardo, proferiu o questionamento se o Senhor Presidente da PROLAGOS tinha o costume de cumprir leis e o porquê do Presidente não cumprir com a lei da proibição de taxa mínima, o Senhor Presidente da PROLAGOS respondeu que cumpri com as leis e que esta disposto para chegar a um consenso com a Comunidade. O presidente Senhor Deputado Serginho passou a palavra para o Senhor Deputado GUSTAVO SHIMIDT- Relator, comentou sobre todas as infrações cometidas pela PROLAGOS S.A e os crimes ambientais contidas nas Ações Cíveis Públicas envolvendo à concessionária, o Senhor Presidente da PROLAGOS por meio de seu advogado usou seu Direito Constitucional de se manter calado, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente Deputado Dr. Serginho agradeceu a presença de todos e suspendeu a reunião para que eu, Marcus Vinicius Seixas Marcolino - Secretário, matrícula nº 201.047-8, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a mesma lida e aprovada, sendo assinada por mim e pelo Senhor Presidente, que encerrou a reunião. Sala das Comissões, 10 de março de 2020. (a) Marcus Vinicius S. Marcolino - Secretário "ad hoc" (a) Deputado DR.SERGINHO - Presidente.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI, DESTINADA A APURAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DOS CASOS DE INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

(RESOLUÇÃO Nº 382/2021)

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, às dez horas e trinta minutos, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito em epígrafe, instituída pela Resolução nº 382/2021, para a realização da 6ª Reunião Ordinária, através de videoconferência, (via Plataforma Zoom), conforme estabelece o art. 6º do Ato "N"/MD/Nº 651/2020, publicado em 13 junho de 2020, sob a Presidência da Senhora Deputada Martha Rocha, e com as presenças dos Senhores Deputados, Tia Ju - Vice-Presidente, Átila Nunes - Relator, Mônica Francisco e Waldeck Carneiro, membros efetivos e das Senhoras Deputadas Adriana Balthazar e Renata Souza, membros suplentes da

Comissão. Abertos os trabalhos, a Senhora Presidente informou aos seus pares que o objetivo da presente reunião era ouvir os Senhores Marcelo Monteiro, Presidente do Centro de Tradições Afro-brasileiras - CETRAB, Jaçanã Cardoso Gonçalves, conhecido como Ogan Jaçanã Gonçalves, Presidente do Centro Espírita Caridade Eterna e a Senhora Margaret Ferreira da Silva, conhecida como Egbome Margareth de Sango, Coordenadora de Comunicação do Movimento Negro Unificado - MNU. Após, registrou as presenças das Professoras Ana Paula Miranda e Lana Lage, Pesquisadoras do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos da UFF, Diane Kuperman, membro da Associação Religiosa Israelita, e da Senhora Dolores Lima, membro do Fórum Estadual de Mulheres Negras. Em seguida, a Senhora Presidente agradeceu a presença dos convidados e informou que disponibilizaria o tempo de vinte minutos para que cada um fizesse suas considerações acerca do tema da CPI, passando a palavra, inicialmente, à Senhora Margareth de Sango, que discorreu sobre o "Projeto Abraço", criado pela mesma para dar assistência às pessoas vítimas de intolerância religiosa. A seguir, alegou que mesmo pessoas de pele clara com indumentárias de santo, sofrem agressões gratuitas também na Região dos Lagos. Passada a palavra ao Senhor Marcelo Monteiro, o mesmo destacou sobre a criação de núcleos de atendimento às vítimas de intolerância religiosa, mencionando que o que se tem visto hoje em dia é um verdadeiro genocídio dos povos tradicionais de matrizes africanas. Com a palavra, o Ogan Jaçanã Gonçalves mencionou sobre as dificuldades do registro policial sobre os crimes de racismo. Após, relatou que mesmo conseguindo registrar a ocorrência, a investigação não anda. Retomando a palavra, a Senhora Presidente mencionou que, o que está sendo tratado na Comissão são violações de Direitos Humanos, que se traduzem em racismo religioso. Após, mencionou sobre a estruturação da Secretaria de Estado de Assistência Social, com aumento de recursos para a pasta, medida essencial no combate à intolerância e ao racismo religioso. Em seguida, a Senhora Presidente informou que a Comissão iria oficial os Prefeitos dos municípios de São Pedro da Aldeia, Iguaba e Saquarema, solicitando informações detalhadas se, nas ações decorrentes da Lei Aldir Blanc (Lei Federal nº 14.017/2020), foram contempladas as Organizações Afrodesscendentes no município. Continuando os trabalhos, foi passada a palavra para os demais Deputados para que fizessem suas perguntas e considerações finais. Nada mais havendo a tratar, e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, a Senhora Presidente agradeceu a participação e o esforço de todos e deu por encerrada a presente Reunião, da qual, para constar, eu, Orlando de Souza Santos Junior, Secretário "ad hoc" da Comissão, lavrei a presente ata, cujas notas taquigráficas, em separado, a integram, ata esta que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pela Senhora Presidente. Sala das Comissões (plataforma digital), em vinte e nove de junho de 2021. (a) Orlando de S. S. Junior - Secretário; (a) Deputada Martha Rocha - Presidente

(Notas Taquigráficas)

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Às 10h34 do dia 29 de junho de 2021, na condição de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as causas e consequências dos casos de Intolerância Religiosa no Estado do Rio de Janeiro, e contando com a presença dos Exmos. Sras. e Srs. Deputados Tia Ju, Vice-Presidente da Comissão, Átila Nunes, Relator da CPI e Renata Souza, dou por abertos os trabalhos da 6ª Reunião Ordinária com a seguinte pauta: oitiva do Sr. Marcelo Monteiro, Presidente do Centro de Tradições Afro-brasileiras; do Sr. Ogan Jaçanã Gonçalves, Presidente do Centro Espírita de Caridade Eterna; e também da Sra. Margareth de Sango, Ilé Asé Omo Odé Igbó.

Então, nesse sentido, dou as boas-vindas a todas e a todos, agradecendo aqueles que nos acompanham pela TV Alerj, registrando aqui a presença também da Dra. Lana Lages, da Dra. Dolores Lima, da Dra. Ana Paula Miranda, da assessora da Deputada Dani Monteiro e a do Deputado Carlos Minc entre outras.

Vamos iniciar os nossos trabalhos concedendo a oitiva de Margareth de Sango. E ficou aqui acertado num acordo de procedimento entre os três palestrantes. Em seguida ouviremos Marcelo Monteiro e por fim Ogan Jaçanã Gonçalves. Cada palestrante terá o tempo de vinte minutos, e ao final procederemos às perguntas feitas pelos Deputados.

Então, seja muito bem-vinda. Muito obrigada por aceitar o nosso convite para trazer informações para esta CPI. Eu gostaria muito de ouvir a Sra. Margareth de Sango, que começa iniciando os nossos trabalhos. Bom dia. O tempo de vinte minutos é todo seu. Muito obrigada mais uma vez.

A Sra. Margareth de Sangô - Muito obrigada. Em primeiro lugar, saúdo Exu, orixá primeiro da comunicação e do diálogo permanente, vocação primeira do Parlamento. Exu também é o orixá que rege os princípios do contraditório e da ampla defesa. E saúdo a meu pai Xangô, senhor da justiça e da misericórdia, a quem esta Casa reverencia através das mãos que esculpirmos os entalhes com o seu oxê em espaços visíveis a alguns observadores e ocultos à grande maioria arrogante de seu efêmero poder. Saúdo cada um dos presentes, mas não apenas as senhoras e senhores representantes do povo do nosso Estado, e não apenas a quem depositou o seu voto nas urnas em confiança, mas saúdo através da minha própria ancestralidade, razão maior de minha presença nesse espaço, a ancestralidade de cada pessoa dessa CPI.

Sou nascida Margareth Ferreira da Silva, filha de Atemira Carvalho e de Plínio Ferreira, sem direito a saber a verdadeira origem do meu sobrenome, da Silva, por força do racismo estrutural e da escravização do meu povo.

Sou renascida Margareth de Sango através da minha iniciação há dez anos como Roaló, o candomblé de nação Queto, Ilé axé Omo Odé Ibo em Cabo Frio, casa de Oxossi Igbó, tendo em minha yalorixá referência Fátima de Oxossi Odé Igbó, que por sua vez descende do Atará Magba da saudosa lá Gisele de Omindarewá.

Também sou advogada há 25 anos formada pela UFRJ, especialista em Direito do Trabalho e Instituto Previdenciário, atuante no Município de Cabo Frio. Esta iniciativa é importantíssima para a caminhada em busca da pacificação de nossos corações e mentes, respeitando as diferenças.

Minha caminhada contra a intolerância religiosa tem a ver com a luta contra o racismo, as violências e os ataques aos direitos humanos, e a trajetória de lutas que os espaços institucionais e coletivos onde me organizo, dentre os quais eu quero o CENIERJ, Conselho de Entidades Negras do Interior do Estado do Rio de Janeiro do qual sou ex-presidente; Movimento Negro Unificado, MNU, ao qual estou como coordenadora de comunicação; ao IPCN, Instituto de Pesquisa das Culturas Negras atualmente como conselheira de patrimônio, Fonsanpotma - Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, onde estou coordenadora estadual de mulheres; Coletivo Rede das Pretas, Articulação de Mulheres Negras por Escutas, Afetividade, Cuidado e Autocuidado entre nós; E o Fórum de Religiosidade Afro-Brasileira da Região dos Lagos, Coletivo Adapó, Diálogo Permanente das Casas de Axé da nossa região.

Falo aqui de minhas vivências e lutas juntamente com várias e aguerridas companheiras da Região dos Lagos, e companheiros também, desde a década de 80. E aqui não se trata de pesquisa acadêmica, mas dessas vivências do nosso sofrimento, do encolhimento dos nossos espaços e da nossa possibilidade de manifestações públicas. E o quase desaparecimento das pessoas de santo na Região dos Lagos, apesar dos diversos terreiros da região metropolitana do Rio de Janeiro, que têm migrado para a Região dos Lagos para fugir da violência que tem perseguido as casas de santo naquela região.

Quero dizer também que o sagrado para nós é um conceito abrangente, e que atinge o nosso corpo individual e coletivo. Então, uma casa é um lar. E não à toa os nossos terreiros, nossas roças são chamadas de casas, lar de nossos instrumentos e elementos sagrados para a realização de nossos cultos e encontros coletivos, onde buscamos nossa forma de conexão com o sagrado e nos sentimos felizes e plenos. Nossa Região dos Lagos é uma região extremamente conservadora, que recebe de maneira sazonal um grande número de pessoas cosmopolitas de várias partes do Brasil e do mundo. Essas pessoas interferem com a nossa visibilidade para o mundo, mas elas não conseguem alterar os nossos comportamentos em sociedade.

Aqui, nesse conservadorismo sofremos historicamente diversos tipos de perseguição às pessoas mais pobres, onde os terreiros também estão localizados e por isso são chamados de roças, porque vamos para as áreas rurais, vamos para as áreas que o Estado ainda esquece de ter a sua presença.

Então, qual a presença que nós encontramos nessas áreas onde os terreiros também estão localizados? A presença de grupos organizados, muitas vezes mais organizados do que o próprio Estado naqueles espaços e a presença de diversos tipos de religiosidade em especial, as cristãs. A expansão desses espaços religiosos de fé cristã possui a mesma construção idealizadora do colonialismo expansionista, que busca ampliar cada vez mais sua cota de poder político, mudando configurações nos poderes. Não somente daqueles poderes vigentes nos nossos espaços não ocupados pelo Estado, mas também dos Poderes Executivos, dos Poderes Legislativos e do Poder Judiciário.

Felizmente o Judiciário, em última instância, ainda tem conseguido se manter incólume. Mas nas esferas inferiores já vemos sinais de degeneração, de comprometimento com os jogos de influência e desprezo pelas coisas e pessoas comuns, pretas, de religiosidade, que têm origem na fé das pessoas que foram sequestradas para serem escravizadas.

É comum falarmos que pessoas de pele clara com indumentária religiosa de matriz africana também são assemelhadas às pessoas pretas neste País e sofrem muitos tipos de intolerância a partir de sua conexão com esse tipo de religiosidade. Estamos aqui em nome dos que sofreram e sofrem diariamente com a raiva gratuita, que não vemos outra forma de mudar isto sem o enorme esforço coletivo dos diferentes e de todas e todos que possuem fé e vontade de seguir para um mundo menos agressivo.

Na Região dos Lagos os registros são muitos. Dia a dia, aumenta o volume de intolerância. De uns tempos para cá, estamos incentivando e ajudando as sacerdotisas e sacerdotes que precisam fazer os registros na delegacia. Mas sozinhas, não é possível. Com ajuda dos facebook, com ajuda das redes sociais, muitas vezes multiplicamos esses conhecimentos sobre os fatos de intolerância que têm acontecido. E as redes sociais hoje são os principais aliados da luta contra a intolerância. Não temos delegacias ou centros de referência especializados na questão da intolerância religiosa em nossa região.

Quero chamar a atenção especial para as questões que vão além das casas. Muitas vezes se pensa que a violência acontece somente quando se quebra um terreiro. Este é o ponto mais emblemático do ato de violência que começa muito antes. As pessoas são agredidas nas ruas, nos comércios, nos outdoors das lojas que dizem: direção evangélica. Colocam hinos no seu interior. Mas como espaços privados, não podemos impedir que se faça isso. Porém, o tratamento quando se vai com uma indumentária religiosa naquele espaço que mesmo sendo privado se torna público quando se abre as portas para a coletividade de um comércio, essas pessoas são maltratadas, são agredidas, são silenciadas, são relegadas a um tratamento inferiorizante.

Esses espaços também vão além. Os espaços governamentais estão sendo contaminados por esse mal na medida em que as pessoas sentem, se arvoram de procedimentos que consideram necessários para cada vez mais ampliarem seus espaços de poder em seus templos magníficos, envidraçados, com ar-condicionado para que cada vez mais as pessoas sejam humilhadas por tanto poder.

Falas permanentes em espaços públicos, em discursos para seduzir o povo de uma religião específica, mas que não pode caber na boca de servidores do Executivo e Poder Judiciário, muito menos do Legislativo.

Casas são quebradas, mas não somente isso. As pessoas vão às portas, fazem comissões e chegam ao ponto de irem em grupos pregar em nossas portas, como aconteceu em minha própria casa Ilé Axé Omo Odé Igbó quando uma senhora promoveu um culto em frente à nossa casa com caixas de som de enorme potencial para banir daquele lugar as pessoas que eram demoníacas, segundo ela. Foi necessário - na época, como superintendente de promoção da igualdade racial -eu intervir, porque as pessoas que se sentem violadas elas também por muito pouco podem cometer violências. E isso pode se tornar cada vez maior. Muitas vezes nas comunidades não sofremos as mesmas violências que essas iniciativas como a dessa senhora, a qual, quero registrar que interagi com o conselho de pastores e pedi deles uma providência para que ela fosse repreendida e alertada sobre o que estava sendo cometido naquele momento com a intolerância.

Escolas públicas: em reuniões de pais e festas comemorativas fazem processos que ajudam na reforçar a intolerância religiosa levando hinos, levando comentários ligados a uma determinada religião específica com o propósito de "evangelizar", vou falar entre aspas, porque educar não é evangelizar. Educar é muito mais. E nós, as que somos membros e os membros da religião praticantes de uma cultura ancestral também produzimos educação e conhecimento em nossos espaços. Então, esse é um processo que envergonha o propósito da educação inclusiva.

Na questão da Lei Aldir Blanc, tivemos relatos de que algumas secretarias, em especial na de São Pedro D'Aldeia, tivemos uma situação de intolerância pela própria Secretária de Educação - que posteriormente perdeu o seu cargo devido à pressão que nós exercemos - que queria preterir as casas de axé de participarem, dizendo que não éramos cultura. Isso aconteceu também em outros municípios como Araruama, Iguaba e também Saquarema, onde tivemos um tratamento diferenciado, porque essa foi expressiva. Mas os outros procedimentos foram o de invisibilizar as religiões e as casas de axé e impedir que a própria Lei Aldir Blanc se cumprisse naqueles municípios.

Alguns religiosos incentivam pais e avós a utilizarem religião como motivo para tirarem guarda de filhos. Isso também tem acontecido em nossa região, e aliás a alegação de participação em casa, em religião do demônio e cultos satânicos têm sido correntes no cotidiano das Varas de Família. Então, há algo específico na formação de juizes, conselheiros tutelares, defensores públicos, membros do Ministério Público e até mesmo advogados que precisa ser feito com urgência, para que intervenham nesses tipos de narrativas que são na verdade crimes de intolerância religiosa.

Quero enfim finalizar minha fala mencionando que não somos elos perdidos, somos um povo de luta, de resistência, muita resiliência. Estamos comprometidas com as mudanças estruturais. Não há uma só guerra que dure para sempre. As pióres, as mais nefastas, as mais longas também terminaram. E há um ponto em que todas e todos concordamos, desde sempre. Queremos viver. E viver em paz é muito melhor. Estamos fazendo o que é para ser feito, para nos apoiar e nos fortalecer mutuamente. Mas precisamos de apoio dos membros desta Casa e de todos os parlamentos para apoiar essas mudanças. E esta CPI é muito importante para isso.

Realizamos o projeto Abraços, onde uma vez por ano, nos encontramos para trocar acolhimento e apoio a quem sofreu violência e fortalecer os nossos laços de apoio e união. Sim, porque o colonialismo fez isso com a gente. O colonialismo descredenciou e desqualificou tudo o que é nosso, nossa cultura ancestral e nossas reformas e manifestações religiosas.

Então, muitas vezes acreditamos que o inimigo somos nós. O próprio negro. O inimigo somos nós, os sacerdotes e sacerdotisas das outras casas. Mas nós estamos reconstruindo esse diálogo em todos os espaços onde estamos. E cada vez mais estamos pregando Ubuntu: eu sou porque nós somos.

Já passamos por algumas casas, e peço licença aqui para mencionar.

A Fátima de Oxossi, do Ilé Axe Shel Odé Igbó; Pai Carneiro de Ogum, Ogum Xoroquê Araruama, que foi nosso primeiro acolhido no Projeto Abraços, e que tivemos êxito numa grande campanha de localizar os meliantes que entraram em seu terreiro, depredaram e furtaram. Mãe Marcia de Oxum, do Ilé Axé Iaoju Omi(?), onde também sofreu grande intolerância, teve sua casa quebrada, foi a casa que também sofreu a intolerância da secretária de Educação do município de São Pedro da Aldeia e que nossa luta ajudou a participar do projeto, e hoje desenvolve um grande e lindo projeto pela lei Aldir Blanc.